

ATA DA 35ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 12 de maio de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

1 Aos doze dias do mês de maio de dois mil e oito, às nove horas,
2 na Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público
3 do Estado do Ceará, na sede da Procuradoria Geral de Justiça -
4 PGJ, reuniram-se para a 35ª Reunião Ordinária do Conselho
5 Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos -
6 CEG/FDID, sob a Presidência da **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
7 **França Pinto**, Procuradora-Geral de Justiça, Presidente do
8 Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos
9 Difusos, as conselheiras e conselheiros adiante indicados: **Dra.**
10 **Maria Lúcia de Castro Teixeira**, representando a Procuradoria
11 Geral do Estado - **PGE**; **Dra. Maria Tereza Bezerra Farias Sales**,
12 representando o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
13 - **CONPAM**; **Dra. Marilene da Páscoa Barros**, representando a
14 Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - **SECITECE**;
15 **Dr. Edson Alves da Silva Filho**, representando a Secretaria de
16 Cultura do Estado do Ceará - **SECULT**; **Dra. Rimena Alves Praciano**,
17 representando a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará - **SESA**;
18 **Dr. Osterne Feitosa Ferro Neto**, representando a Secretaria de
19 Turismo do Estado do Ceará - **SETUR**; **Dr. José Francisco de**
20 **Oliveira Filho**, membro do Ministério Público, titular da 2ª
21 Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano -
22 **PJMA**; **Dr. Antonio Carlos Azevedo Costa**, Secretário-Executivo do
23 Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - **DECON**;
24 **Dra. Lucivanda Serpa Gomes**, representando a Secretaria da
25 Fazenda - **SEFAZ**; **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira**, Coordenadora
26 do Centro de Apoio Operacional de Proteção à Ecologia, Meio
27 Ambiente, Paisagismo, Patrimônio Histórico e Cultural - **CAOMACE**.
28 Não compareceram: o representante da Assembléia Legislativa do
29 Estado do Ceará - **AL** e as 03 (três) **ONG's**. **Dra. Maria do**
30 **Perpétuo Socorro França Pinto** - **PGJ**, Presidente do Conselho,
31 iniciou a sessão cumprimentando a todos os presentes. Em seguida
32 passou para a leitura da Pauta da 35ª Reunião Ordinária do
33 Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos
34 Difusos. Verificada a existência de quorum a sessão foi aberta.
35 Ordem do dia - Primeiro Ponto: Aprovação da Ata da 34ª Reunião
36 Ordinária do CEG/FDID que foi aprovada sem restrição por todos
37 os Conselheiros presentes. Segundo Ponto: Apresentação do
38 demonstrativo dos valores recolhidos ao FDID referente ao mês de
39 abril de 2008, no valor total de R\$ 397.687,73 (trezentos e
40 noventa e sete mil seiscentos e oitenta e sete reais e setenta e
41 três centavos). Terceiro Ponto: Informação sobre a prestação de
42 contas do FDID referente ao ano de 2005. **Dra. Maria do Perpétuo**
43 **Socorro França Pinto** leu o Acórdão N° 007/2008 assinado pelo
44 Presidente do Tribunal de Contas do Ceará, Conselheiro Pedro
45 Augusto Timbó e pelo Relator, Conselheiro Substituto Itacir
46 Toderó, que por unanimidade de votos, julgou regular a Prestação

ATA DA 35ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 12 de maio de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

47 de Contas Anual do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do
48 Estado do Ceará - FDID, vinculado à Procuradoria Geral de
49 Justiça, alusiva ao exercício financeiro de 2005, com baixa nas
50 respectivas responsabilidades, dando-se ciência aos
51 interessados, a cerca da decisão do Tribunal, bem como,
52 autorizou o arquivamento do processo. Da mesma forma foi
53 considerada regular através do Acórdão N° 0233/2006 assinado
54 pelo Presidente do Tribunal de Contas do Ceará, Conselheiro
55 Valdomiro Távora de Castro Júnior e pelo Conselheiro Relator,
56 Teodorico Menezes, a Prestação de Contas Anual do FDID, alusiva
57 ao exercício financeiro de 2004. Falou que está dando ciência ao
58 Conselho para que saibam que o trabalho do FDID está sendo
59 realizado com transparência, dentro da legalidade e observando
60 os princípios da Administração Pública. Parabenizou a todos os
61 Conselheiros e, especialmente a Secretária-Executiva, Maria
62 Ivonete Batista Albuquerque que tudo organizou e ordenou para
63 que as contas de 2004 e 2005 fossem consideradas regulares.
64 Falou que toda vez que o Tribunal de Contas do Estado fizer a
65 análise das contas do FDID, esta será dada conhecimento ao
66 Conselho. Foram, portanto, duas prestações de contas
67 consideradas regulares sem nenhuma ressalva. Quarto Ponto:
68 Apresentação de Minuta de Lei disciplinando a cobrança e o
69 parcelamento de débitos fiscais oriundos de multas aplicadas em
70 prol do FDID. A Minuta de Lei com a manifestação da Assessoria
71 foram enviadas a todos os Conselheiros para conhecimento e
72 análise. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** sugeriu que
73 a minuta fosse lida ponto a ponto para que fossem feitas as
74 ressalvas. **Dra. Lucivanda Serpa Gomes** disse ter feito a leitura
75 da minuta minutos antes de começar a reunião, e que verificou
76 uma série de inconsistências a começar pelo art. 1º. Explicou
77 que hoje a multa penal é tida como dívida de valor, e não como
78 débito fiscal, porque débito fiscal deve-se entender todo aquele
79 insito no Código Tributário Nacional, nas Leis Extravagantes e
80 Leis Complementares referentes a tributos. Que a proposta dela
81 era levar a lei pra ser discutida junto com o Setor de
82 Tributação da Secretaria da Fazenda e com a Assessoria Jurídica
83 da SEFAZ, porque estão sendo criados certos encargos na minuta
84 de lei, ora para a Secretaria da Fazenda, ora para a
85 Procuradoria Geral do Estado que é a detentora da Dívida Ativa
86 do Estado. Propôs trazer uma nova minuta e repassá-la para a
87 Secretaria-Executiva para ser enviada aos Conselheiros. **Dra.**
88 **Maria Lúcia de Castro Teixeira** falou ter recebido a minuta de
89 lei enviado-a para a Procuradoria Fiscal da PGE a qual está
90 ligada a dívida Ativa, para ser analisada. **Dra. Maria do**
91 **Perpétuo Socorro França Pinto** perguntou aos Conselheiros se eles
concordavam que a matéria fosse apreciada na próxima sessão, o

ATA DA 35ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 12 de maio de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

93 que foi aprovada por todos. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira**
94 observou ter faltado no §1º da minuta, as multas decorrentes dos
95 Compromissos de Ajustamentos de Conduta firmados com o
96 Ministério Público, na Tutela Coletiva, pois estes envolvem
97 consumidor, meio ambiente, idoso, criança, adolescente etc.
98 Informou que agora é que estão sendo enviados para a
99 Procuradoria Geral do Estado - PGE, os termos que não foram
100 cumpridos, para que seja feita a inscrição na Dívida Ativa do
101 Estado. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto.** Quinto
102 Ponto: Assuntos Gerais. Comunicou que na 31ª Reunião Ordinária
103 realizada no dia 14/01 foi deliberado pelo Conselho que seriam
104 enviados ofícios aos Promotores de Justiça para que estes
105 informassem as Ações Cíveis Públicas ajuizadas nas Promotorias
106 desde 2004, objetivando o acompanhamento por parte do Conselho
107 Gestor do FDID da origem dos depósitos efetuados na conta do
108 FDID. Disse estar recebendo todos os dias respostas dos
109 Promotores de Justiça, informando ter o espelho da Defesa do
110 Patrimônio Público, 4ª Promotoria Cível - Defesa da Cidadania,
111 12ª Promotoria de Justiça Cível, Defesa da Educação - 13ª e 16ª
112 Promotorias de Justiça Cível, Comarca de Aratuba, Comarca de
113 Mulungu, 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e
114 Planejamento Urbano, 1ª Promotoria de Justiça da Defesa do
115 Consumidor, Secretaria Executiva do Programa Estadual de
116 Proteção e Defesa do Consumidor, Comarca de Canindé, Icapuí,
117 Juazeiro de Norte, Missão Velha, 22ª Promotoria Cível do Idoso e
118 do Portador de Deficiência, Comarca de Mauriti, 1ª Promotoria da
119 Comarca de Limoeiro do Norte, Comarca de Aracoiaba,
120 Frecheirinha, Secretaria Executiva das Promotorias de Justiça
121 Cíveis - Núcleo Cidadania, Comarca de Tianguá, Porteiras,
122 Coreaú, Moraújo, Chorozinho, Ocara, Tauá, Jucás, Fortim, 2ª
123 Promotoria da Comarca de Pacajus, Comarca de Russas, Missão
124 Velha, 2ª Promotoria da Comarca de Crato, Comarca de Uruóca,
125 Mombaça, Saboeiro, Aracoiaba, Granja, Groaíras, Solonópole,
126 Milha, Granjeiro e Caririaçu. Disse faltar ainda vários
127 relatórios e pediu à Secretaria-Executiva para reiterar o pedido
128 às Promotorias faltosas, a fim de que possa ser feito relatório
129 constando o que já foi recolhido no Estado do Ceará como um
130 todo. Foi solicitado também que fosse dada mais visibilidade ao
131 Conselho, e como primeira iniciativa foi a de convocar a
132 Assessoria de Comunicação para interagir com as Assessorias de
133 Comunicação dos órgãos que compõem o Conselho Gestor do FDID.
134 Nas duas reuniões marcadas compareceram apenas três Assessorias:
135 CONPAM, SETUR e SECULT. Informou que alguns dos Conselheiros
136 interagiram com a imprensa escrita, falada e televisada, e que
137 também foi realizada a divulgação nos jornais internos de cada
138 órgão que compõe o Conselho do FDID. Que foi realizado tudo o

139 que foi possível em termos de comunicação. Informou ainda que a
140 Procuradoria Geral de Justiça assinou um Termo de Cooperação
141 Técnica para que as informações desta fossem transmitidas
142 através da TV Assembléia, e que já havia ocorrido à transmissão
143 de uma reunião para a escolha do Ouvidor Geral dessa Instituição
144 e de outros assuntos, e que vai ser aberto espaço dentro do que
145 foi reservado à PGE para o FDID, para que este seja divulgado.
146 **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** falou de uma questão que nunca
147 foi abordada no Conselho é o repasse da fração para o Estado do
148 Ceará do valor das condenações na esfera da Justiça Federal. Que
149 a Lei da Ação Civil Pública estabelece que as condenações do
150 consumidor ou do meio ambiente que são promovidas, que são
151 realizadas na Justiça Federal, havendo Fundo Estadual, deverá
152 vir um percentual para este Fundo Estadual para ser aplicado nos
153 programas do Estado. Da mesma forma deve acontecer com as ações
154 em que o Ministério Público do Trabalho promove em tutela
155 coletiva, como também quando o Ministério Público Federal o faz
156 em questão ambiental ou outro interesse coletivo na Justiça
157 Federal no Estado do Ceará. Acha que esse percentual deve estar
158 sendo repassado ao Fundo Federal dos Direitos Difusos, porque o
159 Fundo Estadual ainda não tem esse repasse. Disse ser importante
160 o Conselho observar isso, pois deve ter no Fundo Federal um
161 pouco de recursos para o FDID decorrente dessas ações. **Dr.**
162 **Antonio Carlos Azevedo Costa** disse ser necessário fazer essa
163 averiguação, pois o Fundo Federal recolhe muito dinheiro, e que
164 talvez esse dinheiro dos órgãos federais que deveriam vir para o
165 Fundo Estadual, podem estar indo para o Fundo Federal. **Dra.**
166 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** informou que em relação à
167 impressão da cartilha, a mesma está suspensa e gostaria que a
168 Dra. Sheila explicasse ao Conselho. **Dra. Sheila Cavalcante**
169 **Pitombeira** disse estar suspensa por conta da possibilidade da
170 fusão do Fundo do Meio Ambiente com o Fundo dos Direitos
171 Difusos, como era previsto no projeto original. E que por conta
172 de vários eventos que aconteceram, não foi possível ainda
173 agendar reunião com o Dr. André, Presidente do Conselho de
174 Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM, e com a Dra.
175 Lúcia, da Procuradoria Geral do Estado - PGE para definir o
176 encaminhamento da minuta de projeto de lei. **Dra. Maria Tereza**
177 **Bezerra Farias Sales** disse ser interesse do Governo do Estado
178 fazer a reestruturação do Fundo Estadual do Meio Ambiente -
179 FEMA. Informou que já aconteceram várias reuniões individuais da
180 Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE com o
181 CONPAM, do Governo do Estado com a Secretaria de Planejamento e
182 Gestão - SEPLAG, e que a minuta final da lei já deveria ter sido
183 encaminhada, mas como houve a Reunião Extraordinária do CONAMA,
184 e seqüencialmente a Reunião da Desertificação e a 3ª Conferência

ATA DA 35ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 12 de maio de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

185 Nacional do Meio Ambiente, ainda não tinha sido possível
186 encaminhá-la. Disse estar com uma reunião agendada quarta-feira
187 com a Procuradoria Geral do Estado para tratar do Cocó, e que
188 nessa reunião serão dados vários encaminhamentos, inclusive com
189 relação ao Fundo Estadual do Meio Ambiente. **Dra. Maria do**
190 **Perpétuo Socorro França Pinto** falou que com relação à
191 possibilidade da criação da Câmara de Mediação que não foi
192 votada, e que resultou no projeto de lei que vai ser analisado
193 pelo Conselho na próxima reunião, acha que as demais matérias
194 discutidas em reuniões passadas foram viabilizadas, faltando
195 apenas uma que é a questão da instrumentalização da Secretaria-
196 Executiva do CEG/FDID. Disse não ser viável ainda, por conta de
197 não ter espaço físico para colocar mais uma pessoa, nem um
198 órgão. Agradeceu o trabalho que vem fazendo a Procuradoria Geral
199 do Estado através da Dra. Lúcia Teixeira, membro desse Conselho,
200 e do Ministério Público do Estado do Ceará, através da Dra.
201 Sheila Cavalcante Pitombeira que em um trabalho conjunto estão
202 conseguindo depois de muita luta, o registro no Cartório de
203 Registro de Imóveis, do prédio onde funciona a Procuradoria
204 Geral de Justiça, para que possam solicitar a construção de mais
205 dois andares com o fim de instrumentalizar melhor a PGJ.
206 Apresentou ao Conselho o Relatório de Atividades do Conselho
207 Gestor do FDID do ano de 2007, indagando se algum dos
208 Conselheiros tinha alguma observação a fazer. Não foram feitas
209 observações. **Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira** falou que sobre
210 o imóvel onde funciona a Procuradoria Geral de Justiça, que
211 pertence ao Estado, deseja terminar esse trabalho o mais rápido
212 possível, inclusive fez um lembrete sobre as estruturas, dizendo
213 ser necessário conversar com o Departamento de Edificações e
214 Rodovias - DER. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto**
215 perguntou a Dra. Jacqueline se já havia sido realizado o estudo
216 da estrutura do prédio, para saber se é viável construir os dois
217 andares. **Dra. Jacqueline Ciríaco** respondeu que está sendo feito
218 pesquisa de preços junto as empresas que fazem esse estudo. **Dra.**
219 **Maria Lúcia de Castro Teixeira** falou que até o final do mês de
220 maio, o Estado terá inclusive a unificação da matrícula dos
221 prédios da Procuradoria Geral de Justiça, tornando-os um imóvel
222 só, porque é fruto de três matrículas que não foram unificadas.
223 Foi feito o levantamento físico, e será apenas um imóvel,
224 comportando toda a área, com as limitações das ruas. Disse ser
225 esse registro muito importante para a Procuradoria Geral do
226 Estado, porque estão lidando com mais de 70% (por cento) de
227 imóveis do Estado sem documentação, e que esse vai ser o
228 primeiro a ter documentação. Agradeceu as palavras e o elogio
229 feito a ela pela Dra. Socorro França, e disse ser um prazer
230 muito grande em trabalhar com o Ministério Público. Disse que

231 irá solicitar, se possível, o auxílio financeiro do FDID num
232 projeto que a Procuradoria Geral do Estado vai apresentar ao
233 Conselho Gestor, para que possam se estruturar e fazer também
234 com outras áreas, como por exemplo, na área de educação. Falou
235 da sua preocupação em relação às instalações das escolas, pois é
236 uma área muito difícil de ser trabalhada na questão do
237 patrimônio. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** sugeriu que
238 dependendo do caso específico, a Procuradoria Geral do Estado
239 deve fazer encaminhamento para o Ministério Público para que
240 este cobre das Promotorias da Educação, de alguma autoridade ou
241 de algum particular, providências no sentido de que seja
242 atendido um direito social que é o direito à educação. **Dra.**
243 **Maria Lúcia de Castro Teixeira** solicitou a ajuda do Ministério
244 Público do interior do Estado, na identificação de escolas
245 estaduais, com o fim da regularização desse patrimônio. **Dra.**
246 **Sheila Cavalcante Pitombeira** sugeriu que a Procuradoria Geral do
247 Estado encaminhe à Procuradora Geral de Justiça a relação das
248 escolas, informando a localidade, para que este possa ir a cada
249 localidade e verificar se o imóvel informado está sendo
250 utilizado para o fim a que foi destinado, para que o Ministério
251 Público possa cobrar a utilização conforme a destinação
252 específica daquilo que o Estado doou para cada município. **Dra.**
253 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** disse ter sido informado
254 pela Jacqueline que esse acervo foi todo levantado pelo Governo
255 do Estado, isso em um ano e pouco, e que este está colocando em
256 leilão dezenas de imóveis. **Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira**
257 informou que estão tentando fazer uma licitação para fazer outro
258 levantamento. Disse ser a Secretaria de Planejamento e Gestão -
259 SEPLAG a encarregada de administrar o patrimônio imobiliário do
260 Estado, mas só depois dele estar regularizado. **Dra. Maria do**
261 **Perpétuo Socorro França Pinto** pediu para ouvir a Jacqueline que
262 é responsável pelo Planejamento da Procuradoria Geral de
263 Justiça. **Dra. Jacqueline Ciríaco** falou que a informação do
264 leilão foi obtida junto a Dr. Pedro Brito, da Secretaria de
265 Planejamento e Gestão, de que os imóveis cedidos ao Ministério
266 Público se encontram em péssimo estado de conservação e vão ser
267 leiloados. **Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira** falou que essa
268 resposta foi especificamente para os imóveis que estão sendo
269 utilizados pelo Ministério Público, porque o patrimônio de uma
270 maneira geral, ainda não foi levantado. **Dra. Maria Tereza**
271 **Bezerra Farias Sales** cumprimentou a todos, e parabenizou as mães
272 e a Dra. Socorro que estava representando todas as mães naquele
273 momento. Agradeceu a parceria do Ministério Público durante todo
274 o tempo em que ela trabalha na área ambiental, e que de uns
275 quatro anos para cá sente muito a responsabilidade dos
276 Promotores de Justiça, principalmente os da Serra de Baturité,

ATA DA 35ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 12 de maio de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

277 onde identificou claramente que em vários municípios estes se
278 manifestaram (Aratuba, Mulungu, Aracoiaba e Ocara). Que o
279 Ministério Público dá uma resposta muito boa quando estão numa
280 área de vulnerabilidade, que muitas vezes eles têm ajudado a
281 frear alguns empreendimentos. Destacou a cooperação do Promotor
282 de Justiça do município de Crateús que muito ajudou com a
283 problemática da poluição da Eco Diesel Brasil, e que nota que o
284 Ministério Público está muito presente, fazendo com que a
285 população acredite muito no trabalho do mesmo. Falou da
286 participação da Dra. Sheila Pitombeira na reunião do Pacto dos
287 Inhamuns, que ela havia observado como a sociedade está unida
288 para contribuir com a melhoria do meio ambiente. Disse que os
289 que fazem o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
290 juntamente com a Superintendência Estadual do Meio Ambiente -
291 SEMACE agradecem a parceria, e que a Assessoria de Imprensa
292 daquele órgão compareceu às duas reuniões agendadas pela
293 Procuradoria, e se prontificou a continuar divulgando o FDID.
294 Disse também que em toda cidade do interior do Estado por onde
295 passa, como também através do Selo Município Verde, é feita a
296 divulgação da importância do Ministério Público. Disse estar
297 faltando apenas trazer as ONG's para comporem o Colegiado do
298 FDID, pois já foram feitas várias tentativas sem sucesso. **Dra.**
299 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** informou que pela
300 primeira vez o Ministério Público do Ceará recebeu um prêmio no
301 Inhamuns que foi entregue em Sessão Extraordinária do Colégio de
302 Procuradores. Disse ser o Ministério Público pela primeira vez
303 credor de um prêmio desta natureza, que é extremamente
304 importante, e que significa as exatas palavras pronunciadas pela
305 Dra. Maria Tereza. Falou que o Ministério Público está
306 trabalhando a passos largos para melhorar cada vez mais a nossa
307 qualidade de vida. **Dra. Marilene da Páscoa Barros** cumprimentou a
308 todos, e considerando a relevância da divulgação do FDID,
309 solicitou que, se já não fora feito, que se fizesse um ofício
310 diretamente ao Secretário da SECITECE para que a Assessoria de
311 Imprensa do órgão, compareça às reuniões agendadas pela
312 Assessoria de Comunicação da PGJ para que a pretensão do
313 Conselho seja realizada. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
314 **Pinto** disse que vai verificar com a Dra. Grazielle se foram
315 enviadas correspondências a todos os Conselheiros-Membros, e se
316 não foi, que será feita, porque a idéia que o Conselho aprovou
317 na reunião, ela vai ser fática, e que vai ser sempre preciso que
318 um órgão faça o seu pronunciamento através da TV Assembléia. **Dr.**
319 **Edson Alves da Silva Filho** cumprimentou a todos e falou do
320 enorme prazer em estar nesta reunião representando a Secretaria
321 da Cultura, e solicitou que fosse adotado para a SECULT o mesmo
322 procedimento que vai ser adotado para a SECITECE, ou seja,

ATA DA 35ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 12 de maio de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

323 expedido ofício diretamente ao Secretário solicitando a presença
324 nas reuniões da Assessoria de Imprensa desse órgão. Quanto ao
325 Fundo dos Direitos Difusos Federal, disse conhecer, como também
326 já ter ouvido falar de projetos que foram apoiados na SECULT por
327 este fundo. Chamou a atenção do Conselho para não deixar
328 descoberto o patrimônio cultural que se mostra muito importante,
329 como as falésias. **Dr. Osterne Feitosa Ferro Neto** cumprimentou a
330 todos e falou do prazer de continuar participando do Conselho
331 Gestor do FDID, principalmente em função da qualidade das
332 intervenções de todos, e parabenizou a Dra. Socorro França pela
333 inserção do FDID na TV Assembléia, que diz ser de grande
334 importância. Chamou a atenção dos Conselheiros para o patrimônio
335 cultural que está sendo destruído em Aracati. Disse ter estado
336 recentemente com uma jornalista portuguesa naquela cidade para
337 visitar o casario dos séculos XVIII e XIX, e de ver o nível de
338 destruição que chegou aquele patrimônio histórico. Como todos os
339 Conselheiros têm interesse especial na conservação do que a
340 sociedade cearense tem de importante, chamou a atenção para esse
341 detalhe, e pediu que o Ministério Público como é muito integrado
342 na defesa do meio ambiente, que se preocupasse também com o
343 patrimônio cultural que realmente está de fazer dó. Disse ser um
344 patrimônio de interesse histórico e turístico muito grande, e
345 que aquela cidade pelo papel histórico que desempenhou no Estado
346 do Ceará, e pelo que desenvolveu em termos de patrimônio, seria
347 muito importante a sua conservação, pois do jeito que está, é
348 preciso que seja realizada alguma coisa para parar a destruição
349 que está acontecendo pelo tempo. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
350 **França Pinto** disse ser bom que fosse feito oficialmente um
351 encaminhamento desse Egrégio Conselho, a respeito do que o Dr.
352 Edson colocou sobre as falésias de Beberibe, e a que Dr. Osterne
353 falou sobre o casario de Aracati. **Dra. Maria Tereza Bezerra**
354 **Farias Sales** propôs solicitar do Instituto do Patrimônio
355 Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, informar que tombamentos
356 de Patrimônio Histórico, Cultural, Paisagístico já foram
357 realizados e quais os municípios, as áreas que estão sendo
358 trabalhadas para tombamento, pois estão trabalhando também em
359 Quixadá, na Mina do Quinamuiu, em Tauá e em outros municípios.
360 **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** indagou aos
361 Conselheiros se eles concordavam na proposição da Dra. Maria
362 Tereza, a qual foi aceita por todos. **Dr. Edson Alves da Silva**
363 **Filho** pediu para incluir também na solicitação a ser enviada ao
364 IPHAN, a informação dos registros Paleontológicos e
365 Arqueológicos não só nos Inhamuns, mas também em outras regiões,
366 pois ainda não se tem todo o registro das inscrições desse
367 patrimônio material no âmbito do Estado do Ceará. **Dra. Rimena**
368 **Alves Praciano** cumprimentou a todos e registrou a sua

369 preocupação após análise do relatório das atividades do Conselho
370 do ano de 2007 ter verificado que foram apresentados seis
371 projetos, e que apenas dois foram aprovados, e ambos para
372 reaparelhamento. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** sugeriu que
373 seja formada uma comissão de três pessoas para verificar junto
374 ao Fundo Federal dos Direitos Difusos de como será a
375 formalização para o repasse da parcela a que tem direito o Fundo
376 Estadual dos Direitos Difusos quando a condenação teve origem em
377 uma ação ajuizada no Ceará, e que foi depositada naquele Fundo.
378 Falou que talvez ainda não tenha havido nenhuma condenação
379 transitado em julgado nesse sentido, mas que é interessante
380 identificar junto ao FDD se houve, para que os repasses sejam
381 realizados e possam ser monitorados. Como também, reiterá-los de
382 que o Fundo Estadual existe, pois eles foram comunicados da sua
383 criação oficialmente. A comissão foi formada pela Dra. Lúcia
384 Teixeira, Dra. Sheila Pitombeira e Dr. Edson Silva. Falou também
385 de outra questão muito bem lembrada pelo Dr. Edson, que é a do
386 patrimônio cultural, pois o Conselho está querendo cobrar, como
387 de fato está cobrando essas posturas dos órgãos que trabalham
388 com essa tutela, e que é importante esse destaque para o
389 Conselho não ficar tão somente homologando ou não projetos.
390 Solicitou aos integrantes do Conselho que eles compartilhem
391 determinadas informações para que possam ser somadas e realizada
392 a produção de novos produtos. Deu como exemplo, a questão da
393 cultura, que existe na produção audiovisual no Estado do Ceará
394 hoje, um grande número de talentos que estão produzindo pequenos
395 documentários, curtas metragens, e que essa atuação pode às
396 vezes ser direcionada para algum assunto de tutela dos
397 interesses difusos. Falou de um vídeo de curta, de 10 minutos
398 sobre criança e adolescente feito por um cearense, onde mostra a
399 influência da mãe na educação da criança. Disse haver muitas
400 informações dessa natureza que podem ser utilizadas para
401 estimular e até apoiar as ações de execução do Ministério
402 Público na infância e juventude, meio ambiente, idoso e em
403 outras questões. Por isso, é importante que sejam colocadas
404 essas informações que estão acontecendo por aí. Disse que a
405 outra questão é o olhar dessa tutela nos projetos de cada
406 repartição, de cada local. Falou da preocupação do representante
407 da SETUR com o casario da cidade de Aracati, pois hoje existem
408 apenas 20 casas que ainda tem azulejo português daquela época -
409 patrimônio do século XVIII - e que curiosamente, está sendo
410 abandonado pela população. Que as políticas de turismo têm que
411 ter essa preocupação com o patrimônio localizado, porque não
412 adianta construir resort, se não existe respeito ao patrimônio
413 localizado. Chamou a atenção para o caso específico de Aracati,
414 que o IPHAN tombou todo o casario da rua grande, mas não existe

415 lá um escritório oficial, e que por isso, as pessoas não sabem
416 como se comportar com seus imóveis, realizando neles ações
417 destrutivas. Por isso ser importante a articulação das
418 Secretarias e dos Órgãos do Estado que integram o Conselho
419 Gestor do FDID para que nas políticas de cada um, esse olhar
420 seja realizado. Falou de um movimento realizado em 1986, e o
421 Decreto de 1987 em prol da conservação da Praia do Esteves, em
422 Canoa Quebrada. Disse ter informações que a Secretaria do
423 Turismo está incentivando a construção de hotéis e pousadas onde
424 não podem ser construídas, e que por isso, deve haver uma
425 sintonia com o que você quer ou não proteger. **Dra. Maria Lúcia**
426 **de Castro Teixeira** falou que esse caso da Praia do Esteves é
427 sintomático, pois tinha recebido um grupo de pessoas nativas
428 daquela área, e que aquele terreno é de propriedade do Estado do
429 Ceará, que foi cedido para essas pessoas, mas desde que
430 mantivessem os seus padrões culturais. **Dr. Osterne Feitosa Ferro**
431 **Neto** parabenizou a Dra. Sheila pela preocupação com as questões
432 abordadas por ela que são essenciais, e também o Conselho por
433 estar avançando no debate político, que é muito importante. Que
434 tem muitos debates a serem realizados na área do direito
435 ambiental, patrimônio histórico e turístico, pois existe muita
436 desinformação. Que no caso específico da construção das pousadas
437 do Esteves, a Secretaria de Turismo não está incentivando essa
438 construção. Informou que a Secretaria de Turismo lançou um
439 programa para incentivar a instalação no litoral cearense de
440 pousadas de charme, que são pousadas sofisticadas, caras, com
441 diárias elevadas, para um tipo de turista com poder aquisitivo
442 maior, que querem ter o conforto de hotéis dotados de
443 restaurantes com padrão internacional. Que esse tipo de pousada
444 existe muito na Bahia, e no Ceará são apenas duas ou três, em
445 Trairí e Jericoaquara. É esse tipo de pousada que se quer
446 construir no Estado do Ceará, e que não tem local específico.
447 Quem tiver interesse em construir essas pousadas deve apresentar
448 projeto que esteja dentro das normas ambientais legais. Falou
449 que os debates são importantes para que possa ser esclarecido o
450 que está acontecendo. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** falou
451 que foi bom vir à tona esse assunto, porque a informação que se
452 tinha era de que as pousadas eram da nova gestão do governo, de
453 modelo novo, caríssimas e que vinha de encontro com a descrição
454 das pousadas de charme. E que foi bom saber que a Secretaria de
455 Justiça está atenta para as questões da preservação do meio
456 ambiente. Convidou a todos a participarem de uma campanha que o
457 Ministério Público está promovendo através do Centro de Apoio do
458 Meio Ambiente, que é de eliminar o uso do saco plástico,
459 evitando assim a proliferação e a destinação inadequada destes
460 nos resíduos sólidos, por ser ele um grande vilão no problema

ATA DA 35ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 12 de maio de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

461 dos oceanos, e no aquecimento global. **Dr. Antonio Carlos Azevedo**
462 **Costa** trouxe algumas notícias para o Conselho, sendo a primeira
463 delas a parceria feita entre a Brasil Com (ONG Nacional) e a
464 Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, através da
465 Universidade do Parlamento para capacitar pessoas no interior do
466 Estado do Ceará para a defesa do consumidor. Foram convidados
467 como parceiros os órgãos que fazem a Defesa do Consumidor no
468 Ceará: o Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor -
469 DECON, que é o PROCON Estadual, o PROCON Municipal, a Comissão
470 de Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa e outras
471 instituições. O Outro assunto é a assinatura pela Dra. Socorro
472 França do convênio para abertura do portal do Sistema Nacional
473 de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC ao PROCON
474 Municipal. Informou que foram enviados à Procuradoria Geral do
475 Estado - PGE, cerca de duzentos processos para inscrição na
476 Dívida Ativa do Estado, e que para dar mais transparência, a
477 relação destes foi publicada no Diário Oficial da Justiça. E por
478 último, apresentou um vídeo com uma matéria que foi veiculada no
479 Jornal Nacional da TV Globo, onde mostra a participação do DECON
480 Ceará com o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor -
481 DPDC, na Carta de Investigação Preliminar Eletrônica - CIPA
482 Eletrônica. Na matéria apresentada, está sendo testada a CIPA
483 Eletrônica, que é um programa que notifica as empresas que são
484 alvo de reclamações, sem a necessidade de enviar documentos
485 impressos. Com o novo sistema, as reclamações registradas no
486 PROCON podem ser visualizadas automaticamente pelas empresas, e
487 a partir daí elas têm um prazo de três dias para dar uma
488 resposta ao consumidor, que pode ser feita por carta, telefone
489 ou e-mail. A CIPA Eletrônica só vai funcionar na prática quando
490 as empresas se cadastrarem no sistema e cumprirem os prazos. As
491 empresas fornecedoras que quiserem participar devem se cadastrar
492 no Órgão de Defesa do Consumidor e assinar um termo de
493 responsabilidade, porque é a partir daí que ela vai ter acesso a
494 esse sistema e saber o que o consumidor está pensando sobre ele,
495 e o que está reclamando. Disse ser esse um grande avanço, e que
496 tem recebido pedido de parceria com órgãos privados. **Dra. Maria**
497 **do Perpétuo Socorro França Pinto** disse que gostaria de inaugurar
498 um novo momento no Conselho à guisa do que ocorre no Conselho
499 Superior do Ministério Público que é o momento das comunicações.
500 É nesse momento que cada Conselheiro pode solicitar à
501 Secretaria-Executiva que faça as comunicações que cada um se
502 ressentente muitas vezes de fazer sozinho, e que podem ser feitas
503 em nome do Conselho Gestor. Como teria que participar de outra
504 reunião passou a palavra para a Dra. Maria Lúcia Teixeira para
505 que ela conduzisse a parte das comunicações. **Dra. Rimena Alves**
506 **Praciano** falou já ter sido abordada a preocupação dos prédios

507 públicos, da conservação dos prédios históricos, falado no
508 IPHAN, e lembrou que em âmbito Estadual existe na Secretaria de
509 Cultura um departamento que também faz o tombamento de prédios
510 públicos, sugerindo que no caso dos casarios, que o
511 representante da Secretaria do Turismo consultasse esse setor,
512 para saber como está a situação dos imóveis. **Dr. Osterne Feitosa**
513 **Ferro Neto** solicitou que fosse enviado voto de congratulações
514 para a Dra. Olga Paiva que é a pessoa do IPHAN, em Aracati que
515 vem desenvolvendo um trabalho belíssimo em defesa do Patrimônio
516 Cultural daquela cidade, como também voto de congratulações ao
517 Dr. Roberto Jorge Feitosa de Carvalho, Juiz de Cariré e
518 Presidente Latino Americano de Juizes, pela participação dele no
519 Seminário da Organização das Nações Unidas - ONU, na Guatemala,
520 sobre Violência Armada e Desenvolvimento. **Dr. Edson Alves da**
521 **Silva Filho** aproveitando a colocação da Dra. Sheila sobre a
522 defesa do patrimônio, disse que falta ao Estado do Ceará uma
523 sintonia, uma afinação de discurso de todas as áreas
524 interessadas, e que as Secretarias que têm assento no Conselho
525 dos Direitos Difusos poderiam ser instadas por este para afinar
526 o discurso nessa matéria de proteção ambiental, proteção do
527 patrimônio cultural. O CONPAM junto com a SEMACE, na parte de
528 licenciamento, a SECULT com relação ao tombamento, a SETUR e a
529 SESA de acordo com as suas competências, e a PGE através da
530 Procuradoria do Patrimônio e Meio Ambiente - PROPAMA também, no
531 sentido de unificar todos esses trabalhos. Porque às vezes
532 percebe que alguma Secretaria que está implementando um projeto,
533 sabe de alguma informação, de algum prejuízo que o patrimônio
534 sofreu, e não fazem as devidas comunicações. E os órgãos de
535 fiscalização por desconhecimento das informações, acabam não
536 agindo in loco tempestivamente para se evitar certos prejuízos.
537 Disse achar interessante que a Dra. Lúcia Teixeira como
538 Procuradora do Patrimônio, e todos que aqui tem assento nesse
539 Conselho, que tragam para cá esses assuntos para que possam ser
540 sedimentados esses entendimentos. **Dra. Maria Tereza Bezerra**
541 **Farias Sales** sugeriu ao Conselho Gestor do FDID, se for do
542 consenso deste, colocar em uma das pautas de reunião do Conselho
543 de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM a discussão
544 sobre a defesa do meio ambiente e patrimônio cultural. **Dra.**
545 **Sheila Cavalcante** disse achar que dentro desse intercâmbio,
546 dessa interatividade, ser interessante para o CONPAM, a
547 Secretaria da Cultura, a Procuradoria Geral do Estado e a
548 Secretaria de Planejamento e Gestão, órgãos que organizam e
549 administram o patrimônio do Estado, que tomasse como foco de
550 cessão de imóveis estaduais, a questão da revitalização do
551 centro da cidade. Que é possível que o Estado do Ceará tenha
552 muitos imóveis no centro da cidade, ou é possível até que

ATA DA 35ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 12 de maio de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

553 imóveis que revelam um interesse histórico, eles possam ser
554 tombados para sediar alguma estrutura da Administração Pública
555 do Estado do Ceará, ou até cedê-los para a Prefeitura, para
556 Entidades ou Instituições como o Ministério Público e o Poder
557 Judiciário. Que esse seja o foco prioritário. Sugeriu a Dra.
558 Maria Tereza que a questão da revitalização do centro e da
559 cessão de imóveis estaduais já cadastrados ou tombados fosse
560 colocado como ponto importante na pauta de sessão do CONPAM,
561 pois assim sendo, vai dar sustentabilidade ao centro da cidade,
562 como também que seja sugerida à Secretaria de Planejamento e
563 Gestão que ela observe essa informação, como uma diretriz para
564 zelar pelo patrimônio do estado. **Dra. Maria Lúcia de Castro**
565 **Teixeira** indagou se mais alguém queria fazer uso da palavra.
566 Como não houve manifestação, agradeceu a presença de todos e
567 declarou encerrada a sessão.
568

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto

Presidente do CEG/FDID

Maria Lúcia de Castro Teixeira
Conselheira - PGJ

Osterne Feitosa Ferro Neto
Conselheiro - SETUR

Maria Tereza Bezerra Farias Sales
Conselheira - CONPAM

Lucivanda Serpa Gomes
Conselheira - SEFAZ

Marilene da Páscoa Barros
Conselheira - SECITECE

José Francisco de Oliveira Filho
Conselheira - PJMA

Edson Alves da Silva Filho
Conselheiro - SECULT

Antonio Carlos Azevedo Costa
Conselheiro - DECON

Rimena Alves Praciano
Conselheira - SESA

Sheila Cavalcante Pitombeira
Conselheira - CAOMACE

